

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.326 - SP (2019/0212194-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : ROSIMAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E  
ADMINISTRACAO DE BENS LTDA  
**ADVOGADOS** : PATRICIA LUCCHI PEIXOTO - SP166297  
FABIO SHIMAZAKI KUBOTA - SP312802  
**AGRAVADO** : DALILA LUIZA CONTI MACHADO  
**ADVOGADOS** : JONAS PEREIRA FANTON - SP273574  
MURILO CERDEIRA PIRES - SP349500

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, I E II, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem erro material, inexistindo violação ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de que não houve cerceamento de defesa, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. O Tribunal de origem concluiu pela ausência de julgamento *extra petita*, baseado nos elementos fáticos existentes nos autos. Rever estes fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel

# *Superior Tribunal de Justiça*

Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator